

EDITAL N. 001/2014

CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA CARREIRA DE DEFENSOR PÚBLICO DE 3ª CATEGORIA DO ESTADO DE GOIÁS

ANEXO III – PROGRAMAS DAS PROVAS

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Gêneros do discurso jurídico. Características estruturais e discursivas (citação, intimação, representação, procuração, petição, mandado etc). 2. A noção de opacidade do texto legal: subjetividade, ambiguidades, polissemias, contradições, atecnias. 3. Adequação no emprego da terminologia jurídica. 4. Metáforas e metonímias no discurso circulante no meio jurídico 5. Noções elementares das normas da ABNT: referências bibliográficas e citações doutrinárias, legais e jurisprudenciais. 6. Retórica e linguagem jurídica: argumentação, persuasão, tipos de argumentos, marcas linguísticas e construção da argumentação. 7. Interpretação de texto verbal e não verbal em contexto do discurso jurídico. 8. Linguagem, ideologia e poder na esfera jurídica. 9. Condições de produção do discurso jurídico. 10. Aspectos enunciativos (locutor e interlocutor), sociais, culturais e econômicos do discurso jurídico.

HISTÓRIA DE GOIÁS

1. Os povos indígenas do Brasil Central. 1.1. Grupos indígenas de Goiás. 1.2. A presença e o legado da cultura indígena. 2. As bandeiras e a exploração do ouro em Goiás. 2.1. Economia do ouro e sociedade colonial. 3. Escravidão e resistência negra. 3.1. Escravidão africana. 3.2. Os quilombos em Goiás. 4. Goiás no século XIX. 4.1. Transição para a economia rural. 4.2. Religião e cultura em Goiás. 5. Goiás no século XX. 5.1. Economia e sociedade na Primeira República. 5.2. A construção de Goiânia. 5.2. Dinâmica política regional: partidos e movimentos sociais. 5.3. Ditadura Militar em Goiás e a transição democrática. 6. Patrimônio histórico, cultural e religioso de Goiás.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Constitucionalismo. História das Constituições: origens, documentos históricos constitucionais. 2. Direito constitucional: conceito, origem, formação, objeto, conteúdo, fontes e relações com outros ramos do Direito. 2.1. Direito constitucional transnacional: diálogo dialético e transformador do direito constitucional e direito internacional. 3. Formação da Constituição e poder constituinte: espécies, atuação, limitações. 4. Constituição: conceito, sentidos sociológico, político e jurídico, concepções, classificação e elementos. 5. Normas constitucionais: conceito, conteúdo, finalidade, estrutura lógica, interpretação, integração, aplicação no tempo e espaço, eficácia e aplicabilidade. 5.1. Interpretação constitucional. Métodos, classificações e conceitos aplicados à interpretação. 5.2. Princípios de interpretação constitucional. Ativismo judicial e concretização da constituição. 6. Controle de constitucionalidade. Supremacia da Constituição Federal. Teoria da inconstitucionalidade. Teoria da recepção. O controle difuso da constitucionalidade. O controle concentrado da constitucionalidade (ADI, ADC, ADPF). Mutações constitucionais. Técnicas de decisões nos tribunais constitucionais. Controle de constitucionalidade do direito estadual e do direito municipal. 7. Modificação formal da Constituição: poder reformador e suas limitações. 8. Modificação informal da Constituição: mutações constitucionais. 9. Princípios constitucionais: conceito, natureza jurídica e função. Interpretação: razoabilidade e proporcionalidade.

9.1. Princípios constitucionais fundamentais: preâmbulo da Constituição, soberania, cidadania, dignidade do ser humano, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa, pluralismo político, república, federação, estado democrático de direito e separação de poderes. 9.2. Princípio da igualdade: igualdade formal, proibição de discriminação, direito à diferença, políticas de distribuição e reconhecimento, igualdade material, discriminação positiva e ações afirmativas, justiça, solidariedade e desenvolvimento sustentável. 9.3 Objetivos e fundamentos do Estado Brasileiro. 9.4. Princípios reitores das relações internacionais do País. 10. Direitos e garantias fundamentais: teoria geral dos direitos fundamentais, conceito, evolução, características, funções, titularidade e destinatários, eficácia, restrições, conflitos, colisões e interpretação. 10.1. Direitos e deveres individuais e coletivos em espécie. 10.2. Proteção judicial dos direitos fundamentais: as ações constitucionais. 10.3. Proteção não judicial dos direitos fundamentais: direito de resistência e direito de petição. 10.4. Direitos sociais. 10.5. Direito de nacionalidade. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. 10.6. Direitos políticos. Democracia: democracia antiga e moderna, democracia direta, indireta ou representativa e democracia participativa. Mecanismos constitucionais de participação popular: plebiscito, referendo e iniciativa popular. 10.7. Partidos políticos. 11. Organização política do Estado: formação, desenvolvimento, evolução, soberania, globalização, comunidades internacionais); Estado Federal: conceito, surgimento, evolução e características; Federação brasileira: componentes, repartição de competências e intervenção. 11.1. União: natureza jurídica, competências e bens. 11.2. Estados federados: natureza jurídica, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites, Constituição Estadual e seus elementos e organização política do Estado de Goiás: constituição do estado de Goiás. 11.3. Municípios: natureza jurídica, criação, competências, autonomia, capacidade de auto-organização e seus limites, lei orgânica e seus elementos, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões. 11.4. Distrito Federal e Territórios. 12. Organização administrativa do Estado: Administração Pública: noção, princípios, normas e organização; servidores públicos civis e militares: regime jurídico-constitucional. 13. Organização funcional do Estado: princípio da separação dos poderes: essência, evolução, significado e atualidade; controles interorgânicos e funções típicas e atípicas de cada poder. 13.1. Poder Legislativo: funções, organização e funcionamento; atos parlamentares; espécies normativas; processo legislativo; estatuto dos congressistas; regimentos parlamentares; Tribunal de Contas. 13.2. Poder Executivo: sistemas de governo: presidencialismo e parlamentarismo e suas características; Presidente da República, Governadores e Prefeitos: eleição, reeleição, perda do mandato, impedimento, substituição, sucessão, vacância, responsabilidade e atribuições; Ministros de Estado, Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional; Edição de medidas provisórias e poder regulamentar; 13.3. Poder Judiciário: funções, organização, competências e funcionamento; estatuto da magistratura e seus princípios informativos; garantias institucionais da função judicial; jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Justiça do Estado de Goiás; súmula vinculante; repercussão geral e Conselho Nacional de Justiça; 14. Funções essenciais à Justiça: Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia: regime jurídico; Defensoria Pública: enquadramento constitucional, autonomia, princípios, garantias institucionais e funcionais. 15. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas: estado de defesa; estado de sítio; forças armadas; segurança pública. 16. Sistema tributário nacional: princípios constitucionais tributários; limitações constitucionais ao poder de tributar; espécies tributárias; imunidades tributárias; repartição de competências e receitas tributárias. 17. Finanças públicas: normas gerais; orçamentos: princípios, elaboração, gestão, fiscalização e controle da execução orçamentária. 18. Ordem econômica e financeira: princípios gerais da atividade econômica; atuação do Estado no domínio econômico; política urbana: bases

constitucionais do direito urbanístico e do direito das cidades; política agrícola e fundiária e da reforma agrária; sistema financeiro nacional. 19. Ordem social: fundamento e objetivos; seguridade social; saúde; previdência e assistência social; educação, cultura e desporto; da ciência e tecnologia; comunicação social; meio ambiente; família, criança, adolescente e idoso; índios. 20. Das disposições constitucionais gerais. 21. Ato das disposições constitucionais transitórias.

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. Direito Administrativo. Objeto. Constitucionalização do Direito Administrativo. 2. Administração pública. Conceito. Princípios orientadores. Poderes da administração: vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar, regulamentar. Poder de polícia. Hierarquia administrativa. Atividade administrativa. 3. Administração indireta: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas. Regime jurídico. 4. Ato administrativo. Conceito. Atributos e Espécies. Classificação. Efeitos. Extinção. Revogação. Invalidação. Convalidação. Prescrição. 5. Processo administrativo. Princípios gerais e específicos. Finalidades. Atributos. Fases. Coisa julgada administrativa. 6. Licitação. Princípios. Obrigatoriedade. Dispensa. Modalidades. Fases. Revogação, invalidação e desistência. Controle. Regras aplicáveis às microempresas e empresas de pequeno porte. 7. Negócios jurídicos da administração. Contrato administrativo. Classificação. Formalização. Alteração. Execução. Inexecução. Duração. Prorrogação. Extinção. Controle. Consórcios. Convênios. 8. Serviços públicos. Conceito. Características. Classificação. Princípios. Prestação direta e indireta. Concessão e autorização. 9. Bens Públicos. Conceito. Classificação. Modos de aquisição e de alienação. Proteção de bens de valor artístico, estético, turístico, histórico e paisagístico. 10. Agentes públicos. Conceito. Classificação. Regime Jurídico. Prerrogativas. Deveres. Responsabilidades. 11. Processo administrativo disciplinar. Sindicância. Conceitos. Finalidades. Princípios orientadores e procedimentos. 12. Responsabilidade do Estado. Responsabilidade extracontratual. Responsabilidade civil. Reparação do dano. Direito de Regresso. 13. Intervenção do Estado na propriedade. Fundamento. Modalidades: limitação, ocupação, tombamento, servidão, requisição e desapropriação. 14. Atuação do Estado no domínio econômico. Fundamento. Modalidades: fiscalização, incentivo, planejamento, repressão ao abuso do poder econômico, controle de preços e de abastecimento. Monopólio. 15. Controle da administração pública. Fundamento. Modalidades: controle administrativo, legislativo e judicial. Limites do controle judicial. 16. Terceiro Setor: formas de parcerias com o Estado. 17. Lei de acesso a informação – Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011. 18. Organização e funcionamento do SUS – Sistema Único de Saúde. 19. Lei de diretrizes e bases da educação.

DIREITO CIVIL

1. Moral, religião, regras de trato social, justiça e direito. Fontes do direito. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Eficácia, conflito e interpretação das normas. 2. Pessoa natural. Aquisição e extinção da personalidade. Direitos da personalidade. Nascituro. Embrião excedentário. Nome. Estado. Registro das pessoas naturais. Domicílio e residência. 3. Pessoa natural: capacidade e emancipação. Incapacidade. Suprimento da incapacidade. Tutela. Curatela. Internação psiquiátrica involuntária. Ausência. Administração de bens e direitos de incapazes. 4. Pessoas jurídicas. Definição e natureza. Classificações. Registro. Nome. Domicílio. Prova. Teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Pessoas Jurídicas como titulares de Direitos Fundamentais. 5. Pessoas jurídicas. Fundações. Associações. Organizações sociais. 6. Fatos jurídicos: Conceito e Classificação. Aquisição, modificação,

defesa e extinção de direitos. Negócio jurídico. Situações jurídicas. Atos jurídicos-elementos essenciais, classificação e modalidades. Defeitos e invalidade dos atos. 7. Função social das relações jurídicas. Prescrição e decadência. 8. Atos ilícitos. Abuso do direito. Enriquecimento ilícito. Causas excludentes de ilicitude. Prova. 9. Responsabilidade civil. Da Indenização por Danos. Liquidação dos danos. Responsabilidade civil por perda de uma chance. 10. Bens jurídicos. 11. Do direito das coisas. Posse e propriedade: classificação, aquisição, perda e proteção. Função social e ambiental da posse e da propriedade. 12. Direito das coisas. Direitos de vizinhança. Condomínio geral. Condomínio edilício, Código Civil, artigos 1.331 a 1.358; Lei n.4.591/64. Direitos sobre coisa alheia: uso, usufruto, habitação e servidão. Direito de Superfície. Direito de Sobrelevação. 13. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Alienação fiduciária em garantia. 14. Compromisso de venda e compra. 15. Garantias de dívidas: penhor e hipoteca. 16. Direito das obrigações. Definição, fontes e classificação. Modalidades. Obrigação e solidariedade. 17. Transmissão das obrigações. Cessão de Crédito. Assunção de dívida. 18. Extinção das obrigações. Adimplemento: pagamento, pagamento em consignação; pagamento com sub-rogação; dação em pagamento, novação com sub-rogação, dação em pagamento; novação; compensação; remissão; confusão. Pagamento indevido. Inadimplemento das Obrigações. Mora. Juros. Correção monetária. Cláusula penal. Arras. Morte. Incapacidade superveniente. Prisão Civil. 19. Atos unilaterais. Promessa de recompensa. Gestão de negócios. 20. Contratos. Generalidades. A função social dos contratos. Cláusulas Gerais dos Contratos e deveres anexos. Princípio da equivalência. Formação dos contratos: fases. Contrato preliminar. Classificações dos contratos. Contratos atípicos. Interpretação dos Contratos. Vícios redibitórios. Evicção. 21. Extinção dos contratos. Exceção de contrato não cumprido. Teoria da imprevisão. Teoria da resolução por onerosidade excessiva. Teoria da Base objetiva do Negócio Jurídico. Adimplemento Substancial. 22. Contratos em espécie. Compra e venda. Troca. Venda com reserva de domínio. Doação. Locação de coisas. Empréstimo, comodato e mútuo. Prestação de serviço. Empreitada. Depósito. Mandato. Corretagem. Transporte. Seguro. Fiança. Locação predial. Contrato de prestação de serviço de assistência e contrato privado de seguro de assistência à saúde. 23. Entidades familiares. Origem e conceitos. Relações familiares plurais - fundamentos da diversidade. Princípios constitucionais da família. Princípios constitucionais aplicáveis às relações familiares. 24. Espousais. Casamento-habilitação, celebração, eficácia, direitos e deveres. Dissolução de sociedade conjugal e do vínculo matrimonial. Responsabilidade civil decorrente das relações familiares. Regime de bens, meação e sucessão. A teoria da desconsideração na partilha. Posse do estado de casado. 25. União estável. Aspectos constitucionais e normas da legislação infraconstitucional. Características, estado, impedimentos, direitos e deveres. Meação e sucessão. A teoria da desconsideração na partilha. 26. União de pessoas do mesmo sexo ou Direito Homoafetivo. 27. Relações de parentesco. Filiação. Proteção das pessoas dos filhos. Adoção. Reconhecimento de filhos. Denominações. Estado de filiação e origem genética. Princípio da afetividade. Alienação Parental. Princípio da paternidade responsável. Usufruto e administração de bens de filhos incapazes. 28. Poder familiar. 29. Direitos sexuais e reprodutivos. Reprodução medicamente assistida. Planejamento familiar. 30. Alimentos. Conceito. Natureza. Classificação dos alimentos. Características do direito alimentar. Características da obrigação alimentar. Origens e sujeitos das obrigações alimentares. Alimentos Gravídicos. 31. Sucessão. Sucessão Legítima e Sucessão testamentária. Herança jacente. Herança vacante. Inventário. Partilha de bens e direitos. 32. O Direito de Empresa no Código Civil. Da Empresa e Do Empresário. Ato empresarial. 33. Da Sociedade Empresarial. Sociedade não personificada. Sociedade Personificada. Sociedade Simples. Sociedade em nome coletivo. Sociedade em comandita

simples. Sociedade Limitada. Sociedade Cooperativa. Sociedades Coligadas. Registro das sociedades. Transformação, incorporação, fusão e liquidação. Do Estabelecimento. Nome Empresarial. Dos Prepostos. Desconsideração da personalidade jurídica. 34. Dos Títulos de Crédito: Disposições Gerais, Títulos ao Portador, Títulos à Ordem e Títulos Nominativos. Títulos em Espécie: Da Letra de Câmbio. Da Nota Promissória. Da Duplicata de Compra e Venda Mercantil e de Prestação de Serviços. Do Cheque.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. Processo e Constituição: A Constitucionalização do processo. Princípios constitucionais do processo civil. Direitos fundamentais e processo. A busca pela efetividade dos direitos e as reformas processuais. 2. Normas de Direito Processual Civil: natureza jurídica, fontes, interpretação e direito processual intertemporal. 3. Jurisdição: conceito, características, escopos, princípios e espécies. Equivalentes jurisdicionais: autotutela, autocomposição, mediação. Arbitragem. Jurisdição voluntária. 4. Ação: teorias, classificação, elementos, condições e cumulação. Direito subjetivo, pretensão, ação de direito material e ação de direito processual: distinções. 5. Competência. 6. Princípios e garantias processuais. 7. Sujeitos do processo: partes, capacidade, deveres e responsabilidade por dano processual, substituição processual e sucessão processual. Litisconsórcio. Assistência. Intervenção de terceiros: típicas e atípicas. Amicus curiae. Ministério Público. 8. Defensoria Pública e exercício da curadoria especial. 9. Processo: pressupostos processuais, atos processuais, vícios dos atos processuais, lugar, tempo e forma dos atos processuais, prazos, comunicação dos atos processuais, nulidades, distribuição e registro, valor da causa. 10. Prerrogativas da Defensoria Pública no processo civil. Aspectos processuais da Lei Complementar n. 80/1994. 11. Da formação, da suspensão e da extinção do processo. 12. Processo de conhecimento. 13. A atividade cognitiva do juiz e as técnicas de sumarização da cognição e dos procedimentos. 14. Procedimento ordinário: petição inicial, resposta do réu, revelia, providências preliminares, julgamento conforme o estado do processo, provas, indícios e presunções, audiência. Procedimento sumário. 15. Da sentença e da coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos e modalidades da sentença. Classificações da sentença e as espécies de tutelas. Sentenças não satisfativas e as tutelas específicas: tutela inibitória mandamental, tutela inibitória executiva, tutela reintegratória ou de remoção do ilícito, tutela do adimplemento da obrigação contratual na forma específica, tutela ressarcitória na forma específica, tutela ressarcitória pelo equivalente monetário. Coisa julgada: conceito, requisitos, vícios, efeitos, modalidades e classificações. Os limites subjetivos, objetivos e temporais da coisa julgada. Eficácia preclusiva. A relativização da coisa julgada. Reexame necessário. 16. Processo nos tribunais: uniformização de jurisprudência, declaração de inconstitucionalidade e ordem do processo nos tribunais. 17. Meios de impugnação das decisões judiciais. Recursos: conceito, princípios, requisitos de admissibilidade e efeitos. Recursos em espécie. Ação rescisória. Mandado de segurança contra ato judicial. Lei Federal n.8.038/90. Súmula Vinculante. Lei Federal n.11.417/06. Reclamação. 18. Liquidação de sentença. 19. Cumprimento de sentença. 20. Execução. Teoria geral. Princípios que norteiam o processo de execução. Da execução em geral. Pressupostos do processo de execução. Características dos títulos executivos. Títulos executivos judiciais e extrajudiciais. Execução definitiva e execução provisória. Legitimidade ativa e passiva no processo de execução. Competência. Responsabilidade patrimonial. Das diversas espécies de execução. Da suspensão e da extinção da execução. Defesas do devedor e de terceiros na execução. Exceção de pré-executividade. Embargos do devedor. 21. Tutela de urgência. Tutela antecipada a tutela cautelar. Processo cautelar: medidas cautelares nominadas e inominadas. 22. Procedimentos especiais previstos no CPC. Ação de

consignação em pagamento. Ação de usucapião. Usucapião como matéria de defesa. Ações possessórias. Inventário judicial e extrajudicial. Ação monitória. Embargos de terceiro. 23. Ação civil pública. 24. Mandado de segurança individual e coletivo. 25. Ações da Lei de Locação dos Imóveis Urbanos: despejo, consignatória de aluguel e acessórios, renovatória e revisional. Postulação e defesa. 26. Ação de alimentos. Execução de alimentos. Lei de Alimentos e disposições do Código de Processo Civil. 27. Ações declaratória e negatória de vínculo parental (em vida e póstuma). 28. Juizados Especiais Cíveis. Enunciados. 29. Assistência Judiciária: aspectos processuais. 30. Processo eletrônico.

DIREITO PENAL

1. Dos princípios constitucionais de Direito Penal. 2. Da aplicação da lei penal. 3. Do crime. 4. Da imputabilidade penal. 5. Do concurso de pessoas. 6. Das penas. Das espécies de penas. Da cominação das penas. Da aplicação da pena. Da suspensão condicional da pena. Do livramento condicional. Dos efeitos da condenação. Da reabilitação. 7. Das medidas de segurança. 8. Da extinção da punibilidade. 9. Crimes contra a pessoa. 10. Crimes contra o patrimônio. 11. Crimes contra a propriedade imaterial. 12. Crimes contra a organização do trabalho. 13. Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos. 14. Crimes contra a dignidade sexual. 15. Crimes contra a família. 16. Crimes contra a incolumidade pública. 17. Crimes contra a paz pública. 18. Crimes contra a fé pública. 19. Crimes contra a Administração Pública. 20. Contravenções penais decreto-lei n. 3.688/1941. 21. Abuso de Autoridade lei n. 4.898/1965. 22. Crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor lei n.7.716/1989. 23. Crimes contra a criança e o adolescente lei n. 8.069/1990. 24. Crimes hediondos lei n. 8.072/1990. 25. Crimes de tortura lei n. 9.455/1997. 26. Crimes de trânsito lei n. 9.503/1997. 27. Crimes ambientais lei n. 9.605/1998. 28. Crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores lei n. 9.613/1998. 29. Estatuto do desarmamento lei n. 10.826/2003. 30. Crimes de drogas lei n. 11.343/2006. 31. Organizações criminosas lei n. 12.850/2013.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. Dos princípios constitucionais de Direito Processual Penal. 2. Do inquérito policial. 3. Da ação penal. 4. Da ação civil *ex delicto*. 5. Da competência. Pelo lugar da infração. Pelo domicílio ou residência do acusado. Pela natureza da infração. Por distribuição. Por conexão ou continência. Por prevenção. Pela prerrogativa de função. Disposições especiais. 6. Das questões e processos incidentes. Questões prejudiciais. Das exceções. Incompatibilidades e impedimentos. Conflito de jurisdição. Restituição de coisas apreendidas. Medidas assecuratórias. Incidente de falsidade. Insanidade mental do acusado. 7. Da prova. Disposições gerais. Exame de corpo de delito e perícias em geral. Interrogatório do acusado. Confissão. Do ofendido. Das testemunhas. Reconhecimento de pessoas e coisas. Acareação. Documentos. Índícios. Busca e apreensão. 8. Do juiz, do Ministério Público, do acusado e defensor, dos assistentes e auxiliares da Justiça. 9. Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória. Disposições gerais. Da prisão em flagrante. Da prisão preventiva. Da prisão domiciliar. Das outras medidas cautelares. Da liberdade provisória, com ou sem fiança. 10. Das citações e intimações. Prazos processuais. 11. Da sentença. 12. Procedimento comum ordinário, sumário e sumaríssimo. 13. Procedimento dos crimes de competência do Júri. 14. Das nulidades. 15. Dos recursos em geral. Teoria geral dos recursos. Recurso em sentido estrito. Apelação criminal. Embargos infringentes e de nulidade. Embargos de declaração. Carta testemunhável. Recurso ordinário constitucional. Recurso especial. Recurso extraordinário. 16. Das ações autônomas de impugnação. Revisão criminal. *Habeas corpus*.

Mandado de segurança em matéria penal. 17. Lei de execução penal (Lei n. 7.210/1984). 18. Prisão temporária (Lei n. 7.960/1989). 19. Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei n. 9.099/1995). 20. Interceptação telefônica (Lei n. 9.296/1996). 21. Lei da lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n. 9.613/1998). 22. Proteção à testemunha (Lei n. 9.807/1999). 23. Lei da violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei n. 11.340/2006). 24. Lei de drogas (Lei n. 11.343/2006). 25. Identificação criminal (Lei n. 12.037/2009). 26. Organizações criminosas (Lei n. 12.694/2012 e Lei n. 12.850/2013).

DIREITO DO CONSUMIDOR

1. Proteção constitucional ao consumidor. Eficácia dos direitos fundamentais na relação de consumo. Natureza jurídica das normas do Código de Defesa do Consumidor. Técnica legislativa dos conceitos jurídicos indeterminados e das cláusulas gerais. Aplicação subsidiária do Código Civil e de outras fontes normativas. Importância da Tutela Geral do Consumidor. Fontes do direito do consumidor. Princípios gerais do Direito do Consumidor. Aplicação da equidade no sistema do Código de Defesa do Consumidor. 4. Teorias de incidência do Código de Defesa do Consumidor. Incidência do Código de Defesa do Consumidor em áreas específicas e afins. Interpretação e integração do sistema do Código de Defesa do Consumidor. 2. Relação jurídica de consumo. Elementos. Conceitos. Teorias. Consumidor Individual e Consumidor Coletivo. Consumidor por equiparação. Enquadramento das pessoas jurídicas na condição de consumidoras. Fornecedor. Espécies de Fornecedores. Enquadramento dos entes despersonalizados e das universalidades de direito e de fato na condição de fornecedoras. Objeto da relação de consumo. Produtos. Serviços. Serviços públicos no âmbito do Código de Defesa do Consumidor. 3. Política nacional de relações de consumo. Princípios. Vulnerabilidade. Harmonização dos interesses. Boa-fé objetiva. Atuação governamental. Repressão eficiente aos abusos. Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos. Análise e acompanhamento do mercado de consumo. Adequação de produtos e serviços. Respeito a dignidade, saúde e segurança do consumidor. Educação. Informação. Acesso à justiça. 4. Direitos Básicos do Consumidor. Proteção à vida, saúde e segurança do consumidor. Garantia quanto à segurança e qualidade de produtos e serviços. Educação sobre consumo adequado. Informação clara, adequada e precisa sobre produtos e serviços. A importância e a natureza jurídica das regras acerca da informação no sistema do Código de Defesa do Consumidor. Momentos de aferição do dever de informar. Proteção contra publicidade enganosa e abusiva. Efetiva prevenção e reparação de danos coletivos *lato sensu* ou individuais, patrimoniais ou morais. 5. Proteção contra as práticas comerciais abusivas. Revisão das cláusulas contratuais abusivas ou excessivamente onerosas. Vícios congêntos e supervenientes. Teorias da excessiva onerosidade, lesão, quebra da base objetiva e imprevisão. Diferenças entre as teorias. Alcance da revisão contratual. Solidariedade na reparação dos danos. Acesso à justiça. Facilitação da defesa. Inversão *ope legis* e *ope iudicis* do ônus da prova pela hipossuficiência do consumidor ou verossimilhança de suas alegações. Ônus da prova subjetivo e objetivo. Teorias de distribuição do ônus probatório: afirmação e carga dinâmica. Alteração do ônus probatório por disposição contratual. Natureza jurídica da regra de inversão do ônus probatório. Momento processual de inversão do ônus probatório. 6. Adequada e eficaz prestação dos serviços públicos. Continuidade, igualdade, eficiência e aplicação de tarifas módicas e uniformes no mercado de consumo. 7. Responsabilidade Civil no Código de Defesa do Consumidor. Solidariedade entre fornecedores de distintas espécies. Teoria da qualidade. Tipos de periculosidade. Deveres do fornecedor. Responsabilidade civil pelo fato do produto ou do serviço. Responsabilidade por vício do produto e do serviço. Caso fortuito e força maior. Desconsideração da Personalidade Jurídica. Teorias maior e menor da

desconsideração. Legitimação passiva. Responsabilidade das Sociedades Coligadas, das Sociedades Consorciadas e dos Grupos de Sociedades. Prepostos e representantes. Ônus da prova referente ao consumidor e ao fornecedor. Formas de reparação e saneamento do vício. Cabimento e prazos. Opções do consumidor para a reparação. Distinção frente ao vício redibitório no Código Civil. Essencialidade do produto e serviço e opções do consumidor para a reparação. O direito de regresso. Denúnciação da lide. Chamamento ao processo do segurador. 8. Decadência e Prescrição na relação de consumo. Decadência. Prescrição. Prazo para reclamação quanto a produtos ou serviços duráveis e quanto aos não-duráveis. Termo inicial para vícios ocultos e vícios aparentes. Interação com prazos de garantia contratual. Aplicação subsidiária dos prazos previstos no Código Civil. Garantia legal. Garantia contratual. 9. Práticas comerciais. Práticas comerciais abusivas. Principais práticas comerciais. Oferta. Princípio da vinculação do fornecedor à oferta, publicidade, escritos particulares e recibos. Revogabilidade e retratabilidade. Limitação temporal, quantitativa e geográfica da oferta. A oferta não publicitária. Dever de informar. Decreto Federal n.5.903/06. Descumprimento da oferta. Publicidade. Princípios. Publicidade enganosa e abusiva. Inversão *ope legis* do ônus da prova acerca da veracidade da mensagem publicitária. 10. Contratação no Código de Defesa do Consumidor. Princípios: confiança, boa-fé objetiva, equidade, equilíbrio entre direitos e deveres, justiça contratual, transparência, sinceridade, seriedade, veracidade, moralidade, honestidade e firmeza de propósito. Proteção contratual. A nova ordem contratual baseada na boa-fé. Conhecimento prévio do conteúdo do contrato. Pré-contratos. Relações contratuais de fato ou para contratuais. Superação do princípio da relatividade dos contratos. Especificidades dos contratos de adesão e por adesão. Diferenças das condições gerais dos contratos. Interpretação das cláusulas contratuais. Direito de reflexão e arrependimento. 11. Cláusulas contratuais abusivas. Rol não-exaustivo das cláusulas abusivas. Nulidade de pleno direito. Possibilidade teórica e legal da decretação ex officio. Princípio conservação do contrato. Papel da Defensoria Pública no controle de cláusulas abusivas. Outorga de crédito e concessão de financiamento. Direito de informação. Amortização, liquidação e quitação antecipada. Cobrança de dívidas. Devolução em dobro da importância indevidamente exigida. Hipóteses de engano justificável. Cadastro de fornecedores e consumidores. Direito de acesso e correção das informações. Cancelamento da inscrição. 12. Defesa coletiva do consumidor. Do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Papel da Defensoria Pública no Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Código Civil. Lei n. 8.078/1990; Lei Complementar n.80/94; Decreto n.2.181/1997; Portaria n.2.010/2008; Lei Complementar n.80/94. Código de Processo Civil.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

1.História social da infância brasileira. 2. A criança e o adolescente na normativa internacional. Declaração Universal dos Direitos da Criança. 2.1. Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança. 2.2.Convenção Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional. 2.3.Regras Mínimas da ONU para Proteção dos Jovens Privados de Liberdade e para Administração da Justiça da Infância e Juventude (Regras de Beijing). 2.4.Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil. 2.5.Regras das Nações Unidas sobre cuidados alternativos às crianças. 3.Os direitos da criança e do adolescente contextualizados na Constituição Federal. 4.O Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n.8.069/1990 - Disposições preliminares, parte geral, parte especial, disposições finais e transitórias, artigos 1º a 267. 4.1.Alterações legislativas - Leis nos 11.829/2008, 12.010/2009, 12.415/2011 e 12.594/2001, abrangência, concepção e estrutura. 4.2. Direitos Fundamentais. 4.3.Prevenção Geral e especial. 4.4. Política de atendimento,

medidas de proteção, medidas pertinentes aos pais ou responsáveis; Inscrição e fiscalização das entidades governamentais e não governamentais. Atribuições dos Conselhos dos Direitos das Crianças e Adolescentes. 4.5. Medidas de proteção. 4.6. Prática de ato infracional. 4.7. Medidas pertinentes aos pais ou responsável. 4.7. Conselho Tutelar. 4.7. Acesso à Justiça. 4.8. Crimes e infrações administrativas. 5. SINASE-Sistema nacional de atendimento socioeducativo. 6. Proteção e direitos das crianças e dos adolescentes portadores de transtornos mentais Lei n.10.216/2001. 6.1. A Política do Ministério da Saúde para a atenção integral a usuários de álcool e drogas e a Portaria n.1.190/2009, do Ministério da Saúde, modelos de atenção – Centros de atenção psicossocial álcool e drogas e redes assistenciais. 7. Súmulas e jurisprudência dos tribunais superiores. Políticas institucionais voltadas para criança e adolescentes promovidas pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ e Conselho nacional do ministério público – CNMP. 8. A Defensoria Pública e proteção dos direitos individuais e coletivos da criança e do adolescente.

DIREITO DO IDOSO

1.História social do direito do idoso brasileiro. 1.1Paradigmas legislativos em matéria do idoso: a situação irregular e a proteção integral. A prioridade absoluta na garantia dos direitos dos idosos. 1.2.Política nacional do idoso - Lei n. 8. 842/1994, regulamentada pelo Decreto 1.948 de 03/07/1996. 2. Portaria n.73, de 2001 e Estatuto do idoso lei n. 10.741/2003. 3. Normas correlatas. 4.Estatuto do Idoso. 4.1.Disposições preliminares. 4.2. Direitos Fundamentais. 4.3. Dos direitos fundamentais em espécie. 4.4.Das Medidas de Proteção. 4.5.Da política de atendimento ao idoso. 5.Da apuração judicial de irregularidades em entidades de atendimento. 6. Do acesso à justiça. 7. Dos crimes e. Disposições finais e transitórias. 8. Humanização no atendimento à pessoa idosa. 8.1.Princípios da humanização. 8.2.Conceitos de humanização. 8.3. A essência da humanização no cuidado ao idoso e sua família. 9.Ética no cuidado. 10.Violência contra o idoso. 10.1. Conceito. 10.2. Formas. 10.3. Agressores. 11 Direito do idoso na justiça. 11.1. Direito a alimentação para o idoso. 11.2. Direito de casar. 11.3.Tutela e curatela do idoso.

DIREITOS HUMANOS

1.Os fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos. 1.1. O conceito de direitos humanos. 2. A evolução histórica dos Direitos Humanos, a gênese e a formação do Direito Internacional dos Direitos Humanos. 2.1. Noções gerais, diferenças e convergências das três vertentes jurídicas dos Direitos Humanos no plano internacional: Direito Humanitário, Direito dos Refugiados e Direito Internacional dos Direitos Humanos. 3. O Direito Internacional dos Direitos Humanos como disciplina jurídica autônoma. 3.1. A personalidade jurídica internacional do ser humano. 3.2. A indivisibilidade e a interdependência de todos os direitos humanos. 3.3. A interpretação de tratados no Direito Internacional e a especificidade dos Tratados de Direitos Humanos. 3.4.A salvaguarda dos direitos humanos nas situações de emergência ou estados de exceção. 3.5. A intangibilidade das garantias judiciais em matéria de direitos humanos em quaisquer circunstâncias. 3.6. A normativa emanada dos órgãos convencionais de proteção. 3.7. O princípio básico da não-discriminação no Direito Internacional dos Direitos Humanos. 3.8. As obrigações executivas, legislativas e judiciais decorrentes das obrigações convencionais assumidas e a função dos órgãos e procedimentos do Direito Público Interno. 3.9. O controle de reservas e a possibilidade de denúncia dos Tratados de Direitos Humanos. 3.10. As reparações às vítimas de violações dos direitos humanos e a execução de sentenças de tribunais internacionais. 3.11. A aplicabilidade direta das normas internacionais de proteção no direito interno. 3.12. A primazia da norma mais favorável às vítimas. 3.13. A responsabilidade

internacional dos Estados pela observância dos Direitos Humanos. 3.14. O Direito Internacional dos Direitos Humanos como jus cogens. 4. O Sistema Universal de Proteção dos Direitos Humanos. 4.1. Os direitos humanos na Organização das Nações Unidas. 4.2. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. 4.3. O Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. 4.4. O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. 4.5. Os órgãos e mecanismos de monitoramento e proteção internacional dos direitos humanos da Organização das Nações Unidas. 5. O Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. 5.1. Os direitos humanos na Organização dos Estados Americanos. 5.2. A Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. 5.3. A Convenção Americana sobre Direitos Humanos. 5.4. O Estatuto e o Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 5.5. O Estatuto e o Regulamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 6. A jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. 6.1. Casos contenciosos. 7. As atividades da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. 7.1. O juízo de admissibilidade. 8. A incorporação de normas internacionais ao direito interno brasileiro. 8.1 As formalidades exigidas para a incorporação de normas internacionais em geral e tratados de direitos humanos. 8.2. A posição hierárquica das normas internacionais em geral e dos tratados de direitos humanos no ordenamento jurídico interno. 8.3. As posições doutrinárias. 8.4. A posição do Supremo Tribunal Federal. 9. O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH, Lei Federal n.4.319/1994.

PRINCÍPIOS E ATRIBUIÇÕES INSTITUCIONAIS DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS

1. O acesso à justiça. Obstáculos, alternativas e alcance. As “três ondas” de Cappelletti e Garth. 2. Os modelos de prestação de assistência judiciária e jurídica. 3. A evolução histórica da prestação de assistência judiciária e jurídica no Brasil. 4. A assistência judiciária e jurídica nas Constituições Brasileiras e na legislação infraconstitucional. 6. O acesso à justiça e a Defensoria Pública na Constituição Federal de 1988. 7. Panorama da Defensoria Pública no Brasil. 8. A resolução 2.656/2011 da Organização dos Estados Americanos – OEA. 9. A Ouvidoria da Defensoria Pública. 10. A reforma do Judiciário e a autonomia da Defensoria Pública: emenda constitucional n.45/2004. 11. Princípios, atribuições e prerrogativas institucionais da Defensoria Pública: conceitos, extensão e limites. 12. Legislação infraconstitucional federal em vigor: lei n.1.060/1950, lei complementar n.80/1994, lei n.11.448/2007, lei complementar n.132/2009. 13. A Constituição do Estado de Goiás: direitos fundamentais, funções essenciais à justiça e Defensoria Pública. 14. Defensoria Pública do Estado de Goiás: a lei complementar estadual n.51/2005 e alterações posteriores. 15. A Defensoria Pública na jurisprudência.